

INFORMAR PARA FORMAR: EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA SAÚDE NO INÍCIO DO SÉCULO XX

BERTUCCI-MARTINS, Liane Maria – UFPR

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: não contou com financiamento

Primeira parte. O dicionário de medicina e a escola: (re)educando leigos

Desde, pelo menos, a segunda metade do século XIX que idéias científicas, chanceladas por instituições médicas do Brasil e do exterior, eram difundidas entre a população brasileira.¹ Essas teses que, pouco a pouco, eram divulgadas estavam atreladas às práticas que a chamada “revolução pasteuriana” havia introduzido na ciência a partir da segunda metade do Oitocentos, modificando os termos de uma disputa que era travada havia séculos nos domínios da saúde/doença: os partidários da teoria do contato/contágio como forma de difusão das moléstias *versus* os que viam na infecção miasmática o grande perigo para a saúde das pessoas. Ao longo dos anos, estas duas concepções sobre a existência e propagação das doenças nem sempre foram conflitantes, combinando várias vezes medidas de isolamento de pessoas — a quarentena — e coisas (para evitar o contato), com práticas de fumigação, ventilação e utilização de substâncias odoríferas para garantir a imunidade contra moléstias (ações para evitar/afastar os miasmas deletérios provenientes de substâncias animais ou vegetais em putrefação). (Cf.: Corbin, 1987. Czeresnia, 1997)

Foram as questões e estudos de Louis Pasteur e outros homens que, ao indicarem a possibilidade das doenças resultarem da ação de pequenos seres, realizaram verdadeira revolução científica, mudando os rumos do entendimento sobre os minúsculos organismos observados ao microscópio desde o século XVII e, assim, redirecionando a história da medicina.² Assim, a partir do final do século XIX práticas próprias dos infeccionistas foram então subjugadas às orientações daqueles que dominavam o conhecimento dos microrganismos causadores de doenças. A salubridade, por exemplo, noção basilar da teoria miasmática, ganhava novo prisma, ao ser enfocada à luz das descobertas pasteurianas: combinava-se a atenção com os lugares aos cuidados com o corpo, seu desenvolvimento e fortalecimento.

No Brasil, do final do século XIX e início do XX, entre os meios de divulgação da ciência médica, que cada vez mais se arraigava em estudos microscópicos, de laboratório,³ estavam as

¹ Nesse texto, instituições médicas, medicina, ciência, ciência médica, saber científico e doutor, referem-se a alopatia.

Extensa e diversificada é a bibliografia sobre como o conhecimento científico esteve presente em vários segmentos da sociedade brasileira nos final do século XIX início do XX. Entre outras: BERTUCCI, 1997. CHALHOUB, 1996. FERREIRA, 1999. RIBEIRO, 1993

² Sobre Pasteur, os trabalhos desenvolvidos e seus desdobramentos, entre vários estudos: LATOUR, 1994. SOLOMON-BAYET, 1986. ROSEN, 1994, pp.231-375

Girolano Fracastoro (1478-1533) publicou em 1546 o livro **De Contagione, Contagiosis Morbis et Eorum Curatione** onde sistematiza uma teoria do contágio.

³ Vários são os estudos que mostram os debates e embates internos que marcaram a constituição da ciência médica e como os estudos calcados em teses elaboradas na segunda metade do século XIX

publicações e reedições dos dicionários de medicina doméstica, textos que intensificavam uma prática iniciada vários anos antes, ainda em período pré-pasteuriano, com a difusão impressa dos “conselhos ao povo” ou “avisos ao povo” (geralmente, folhas avulsas distribuídas entre a população que versavam sobre temas de saúde ou formas de combater uma enfermidade específica).(Cf. Marques, 2003)

A partir do final do Oitocentos, a divulgação feita pelos dicionários da ciência e práticas médicas concorreu para a assimilação, pelos letrados e aqueles que os escutavam, de aspectos de uma linguagem especializada que ainda se firmava e refinava entre os que se arrolavam como os legítimos detentores da arte de curar: os doutores.⁴ Frequentes são as descrições sobre indivíduos que recorriam, por exemplo, ao **Diccionario de medicina popular** de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz, ou ao seu **Formulário**, e ao **Diccionario de medicina domestica popular** do doutor Theodoro Langgaard, para saber sobre uma moléstia ou as propriedades de uma planta, preparar remédios e tratar enfermos.(Duarte, 1975, pp. 106-107. Nava, 1976, p.144) Ler, entender e utilizar o que esses volumes continham foi, pouco a pouco, se traduzindo em respeito e admiração para os que deles faziam uso, conferindo popularidade e fama àqueles livros.

Em uma de suas obras, ao escrever sobre tempos de outrora, Affonso Schmidt resgata a vida de *seu* Jeremias que “tinha grande prática de farmácia e enfermagem” e “passava horas inteiras mergulhado na leitura do grosso Chernoviz”, livro ao qual as pessoas na pequena vila de Santo Amaro (São Paulo) se referiam “com reverência” em 1847. *Seu* Jeremias era hábil na arte de curar e gozava de reconhecimento entre seus conterrâneos.(Schmidt, 1940, pp.53-56)

Na São Paulo do início do século XX, a consulta aos dicionários de medicina doméstica, continuava procedimento corriqueiro e novas publicações haviam surgido. Um desses volumes era **O medico no lar**. Diccionario popular de medicina de urgencia de Renato Kehl e Eduardo Monteiro, doutores da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membros da Academia Paulista de Medicina. Destinado ao leigo, “mesmo pouco letrado”, o livro aconselhava o que fazer em casos de acidentes ou moléstia até a chegada do médico. Kehl e Monteiro advertiam:

sofreram desdobramentos e questionamentos. Entre outros, que abordam aspectos desse processo no Brasil: ALMEIDA, 2003. BENCHIMOL, 1999

⁴ Sobre as disputas entre curadores reconhecidos oficialmente até a primeira metade do século XIX, como médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros, sangradores e parteiras, e as mudanças ocorridas no campo de atuação desses profissionais, ver: PIMENTA, 2003a b

“(…) este livro absolutamente não foi feito para charlatães, nem para que se dispense a assistência médica. O facultativo deverá sempre ser chamado e um pai ou uma mãe praticará uma séria inadvertência se, confiado nas explicações dadas neste livro, quiser, sem mais, tratar um doente seu. Não se julgue que a medicina, ciência-arte difícilima, possa ser aprendida com a leitura das páginas que se seguem.”(Kehl; Monteiro,1922, pp.5-6)

Chernoviz havia escrito, no prólogo da edição portuguesa de 1843 do seu **Diccionario de medicina popular:**

“(…) existem muitas coisas relativas à arte de curar cujo conhecimento pode ser facilmente adquirido por todos os homens. É preciso somente saber fazer a distinção entre o que as pessoas estranhas à arte de curar devem conhecer, e o que é inútil e até perigoso querer ensinar-lhes.(…) [Ministras] as luzes que lhes podem ser úteis, sem contudo pretender iniciá-las em todos os dogmas de uma ciência difícilima.” (Chernoviz, 1851, pp.IX-XI)

Na segunda edição daquela obra, oito anos depois, Chernoviz afirmava:

“(…) este livro lhes servirá [senhores leigos] de guia em várias circunstâncias da vida; nele acharão preceitos e consolações. Esta obra é útil portanto, não só para os habitantes da roça que moram longe dos médicos, como também para os moradores das grandes cidades.” (Idem, pp.7-8)

Chernoviz, Kehl e Monteiro, o mesmo respeito pela “difícilima” ciência médica, apesar das décadas que os separavam. Mas, para o autor do final do século XIX, compartilhar conhecimentos elementares da verdadeira arte de curar significava dotar de relativa autonomia a população quando o tema era saúde e doença — o caso de *seu* Jeremias é um bom exemplo. Para Kehl e Monteiro, anos depois, ensinar tratamentos em casos de moléstias e os mais adequados procedimentos em casos de acidentes, era principalmente uma forma de indicar a maneira correta de esperar pela presença, sempre necessária, de um doutor em medicina, o único detentor do saber efetivo sobre a saúde e a doença. Aos leigos caberia seguir procedimentos indicados e supervisionados pelos médicos.

Os tempos eram outros e, no século XX, mais que compartilhar saberes, para os homens da ciência médica tratava-se de fixar e ampliar seu espaço de atuação, modelar condutas, especializar falas. Nesse processo a medicina adentrou ainda mais o espaço urbano e as casas, invadindo as escolas, onde uma verdadeira pedagogia médico-higienista irá se desenvolver tendo como alvo crianças e jovens, propiciando a difusão de idéias científicas, conformando corpos e mentes, balizando ações sobre a saúde. (Gondra, 2003. Marques, 1994. Rocha, 2003) Processo que, pouco a pouco, atravessou todo o território nacional colaborando decisivamente para modelar condutas individuais

e ações estatais. Ainda em 1906, o diretor geral da Instrução Pública do Estado do Paraná escrevia ao secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública:

“É lamentável que do programa da Escola Normal não faça parte o estudo da higiene aplicada ao ensino escolar. (...) São íntimas, como V.Ex. bem sabe, as conexões da higiene com a pedagogia.” (Paraná, 1906, pp.20-21)

Preocupados em forjar uma nova nação, marcada pela racionalidade *moderna* que deixava no passado o trabalho escravo, governantes, educadores e médicos irão traçar e tentarão implementar um projeto de ordenação da sociedade e de redenção nacional que terá na educação e na saúde facetas primordiais. Nascida sob o lema da ordem e do progresso, a República fará daquele binômio pilares do novo regime político que se organizava, tentando cindir, em um primeiro momento, o novo do velho, o moderno do arcaico, como se a história pudesse ser assim fragmentada.⁵

A escola considerada espaço formador por excelência, será então idealizada tanto como local onde seria forjado o futuro cidadão brasileiro, quanto como espaço irradiador de práticas saudáveis que deveriam atingir toda a sociedade: educando crianças e jovens e reeducando, indiretamente, através dos alunos, os seus pais. Ideal médico-pedagógico que circulava na sociedade brasileira havia algumas décadas, mas que ganhara legitimidade no período republicano, notadamente a partir dos primeiros anos do século XX. Era o médico e educador Joaquim José de Menezes Vieira, organizador do Jardim de Crianças do Rio de Janeiro em 1879, que afirmava:

“De que modo os pais nos auxiliarão ?
 Nos dias úteis à tarde desafiando a criança a contar-lhes os trabalhos do dia, o que viu, o que fez, o que aprendeu. Compreende-se que este passatempo (cuidadosamente afastado o espírito do mexerico, da denúncia ou da calúnia) é um poderoso incentivo. O pequenino sentir-se-á lisonjeado pelo interesse que a família consagra a seus progressos.
 Nos dias de descanso muito convém os passeios aos arrabaldes; o ar dos campos, a pureza das águas, os risonhos panoramas, a variedade na alimentação atuam

⁵ *Moderno, modernidade*, são palavras associadas, em vários textos, às transformações econômicas, sociais e urbanas que resultaram nas grandes cidades fabris dos séculos XIX e XX, entre os estudos, veja os clássicos de BENJAMIN, 1975; 1988 e 1991. A visão do Império pelos republicanos ganhará outras nuances, notadamente a partir da década de 1920, quando aparecerá como passado ideal de equilíbrio, estabilidade e ordem que precisava ser reconstruído. Cf.: ROCHA, 1995, pp. 9-35

favoravelmente sobre o físico e a moral.” (apud Bastos, pp.77-78)

Se os jesuítas, nos idos do Brasil colonial, através dos curumins procuravam catequizar e transformar os índios, seus pais, em bons súditos do rei de Portugal; no século XX, para médicos e educadores, era a instrução devidamente ordenada, formadora do físico e do intelecto de crianças e jovens, que deveria atingir e transformar as famílias.

No contexto brasileiro das primeiras décadas do Novecentos, o dicionário de Kehl e Monteiro, que apontava uma delimitação dos espaços de atuação de doutores e leigos, fazia uma composição perfeita com as preocupações de melhor formação e educação sanitária do brasileiro que povoavam a mente de vários médicos-educadores naquele período. A idéia de constituição de um homem sadio estará viseralmente ligada a de um homem educado. Educado para agir na manutenção de sua saúde (através de hábitos sadios); educado para, em casos de doenças, chamar o médico: o legítimo detentor da arte de curar. Certamente, não era mero acaso o doutor Renato Kehl, um dos arautos da melhoria racial no Brasil e fundador da sociedade eugênica de São Paulo, em 1918, ser um dos autores de um dicionário para educação de leigos sobre questões de saúde.

Segunda parte. As propagandas de medicamentos e o comércio de ervas e raízes: (re)educando doutores

O medico no lar, dicionário de Kehl e Monteiro espelhava, assim, uma época em que a vulgarização de conhecimentos científicos sobre a saúde (inclusive através da escola), apresentada repetidas vezes como imprescindível para a boa constituição do brasileiro, será associada a segregação cada vez mais contundente de seus formuladores e legítimos manipuladores: os médicos. Um dos aspectos mais sutis desse processo será aquilo que podemos denominar de reeducação dos próprios manipuladores do saber científico: os doutores.

Nas primeiras décadas do Novecentos, em todos os jornais da cidade de São Paulo as propagandas de medicamentos aprovados pelo Serviço Sanitário do Estado (órgão oficial para questões de saúde), apareciam lado a lado com anúncios de poções, fórmulas e inventos milagrosos das mais diversas autorias. E mais, este espaço em comum significava muitas vezes a partilha de uma linguagem que parecia eficiente para atingir os prováveis clientes. Assim, produtos com fórmulas reconhecidas cientificamente, recorriam a frases que, com frequência, induziam ao mundo das curas espetaculares. Os exemplos eram muitos: “Dois Milagres !! Os dois melhores remédios do mundo !!” Uterina e Regulador

Gesteira, a cura dos problemas do útero. “Prodígio Maravilhoso”, o Peitoral de Angico Pelotense para cura da bronquite e outros males do pulmão. “O Segredo da Felicidade !” preparado “magnífico” do farmacêutico Francisco Perez da Farmácia e Drogaria São Bento. (**O Estado de S.Paulo** 1/07/1918, p.9. **O Parafuso** 22/09/1920, p.3. **A Platéia** 7/12/1921, p.7) Todos medicamentos cujas propagandas faziam questão de afirmar: “reconhecido pelo Serviço Sanitário”.

Entretanto, para o paulistano que procurava alívio para seus males não havia diferença entre aquelas propagandas e as que, sem maiores explicações ou referências, prometiam, nos mesmos jornais: “Cura. Com um meio infalível, trata-se de moléstias crônicas sem remédios”.(**Fanfulla** 17/07/1917, p.6) Os anúncios dos preparados sem qualquer chancela médico-governamental eram variados. Fórmulas de cura elaboradas em São Paulo, vindas do interior ou de outros estados, faziam do mistério um elemento importante de suas propagandas: tuberculose, indicavam gratuitamente os meios “científicos e modernos” de cura; problemas com o estômago, seriam resolvidos de maneira radical e de graça — cartas para a redação do jornal **A Abelha**, vila Nepomuceno - Minas Gerais. Para obter ensinamentos sobre como conseguir a cura definitiva e econômica da bronquite bastava entrar em contato com Peixoto de Andrade, em São João da Boa Vista - São Paulo.(**O Estado de S.Paulo**, 3/09/1918, p.12 e 3/06/1920, p.14. Cf.: Bertucci, 2003, pp.212-213)

Promessas não faltavam para os paulistanos, acostumados com o grande e variado número de indivíduos que afirmavam conseguir não apenas saúde, mas felicidade e bons negócios para aqueles que os procurassem. Astrólogos, grafólogos, quiromantes, cartomantes, ocultistas, especialistas em horóscopos, além de curandeiros, buscavam sistematizar o acaso, diminuir a margem do desconhecido, propiciar alguma segurança às pessoas. (Cf.:Bosi, 1972, pp.117-119) Conquistar um bom marido ou um amante fiel, desvendar o destino, ganhar no jogo ou acabar com alguma moléstia, tudo era oferecido por pessoas que se diziam dispostas a ajudar infelizes e necessitados. *Nhá França* Camargo, chamada de “feiticeira” e “médium” dizia curar moléstias incuráveis, feito também alardeado por Vicente Rodrigues Vieira, chamado de *são* Vivente, que, com suas rezas, atraía verdadeiras romarias de enfermos e desesperados. (Cf.: Bertucci, 2003)

Na disputa pela atenção dos aflitos A. Nogueira prometia: “cego vê, mudos falam, tudo é possível”. Nogueira enviaria gratuitamente o seu segredo a quem mandasse 100 réis em selo para a Praça Onze de Julho - Rio de Janeiro.(**Jornal do**

Commercio, 19/03/1921, p.9)⁶ Várias eram as mulheres que ofereciam seus dotes para auxiliar os moradores de São Paulo: Magdar, Nadir, Hermeritta, Ismênia, Maria, Aditya, Ida ... Mudavam de endereço constantemente, atendiam em hotéis ou anunciavam viagens iminentes, para apressar seus possíveis clientes ou, quem sabe, confundir a polícia.⁷ Enquanto o cosmopolita conde Zadias Mataram, que havia morado em diversas cidades brasileiras e dizia ser internacionalmente conhecido, atendia muitos moradores de São Paulo com seus poderes extraordinários, realizando “curas verdadeiramente milagrosas”, como afirmavam as propagandas. (**O Estado de S.Paulo**, 14/06/1918, p.11)

Assim, a manipulação do desconhecido e da fé representava ingrediente importante para atrair a atenção do paulistano e muitos eram os remédios reconhecidos pelo Serviço Sanitário do Estado que também usavam essa prática. Em 1918, durante a pandemia de gripe ou influenza espanhola, essa situação ganhou contornos especiais com a profusão de medicamentos (e curadores) que era apresentada como uma possível resposta para o fim da epidemia, que vitimou São Paulo entre outubro e dezembro. (Bertucci, 2004) Não causava, pois, espanto ler nos matutinos paulistanos anúncios como: “A Grande Maravilha”, contra a gripe espanhola, preparada na Farmácia Silveira da Avenida Tiradentes, nº 30. Os fabricantes das Cápsulas Contra a Influenza de Vita anunciavam seu produto como o exclusivo “específico para a influenza espanhola”, enquanto o Xarope São João era anunciado como “o único remédio capaz de evitar” as terríveis complicações que a gripe espanhola poderia acarretar. Gripe espanhola que seria evitada, pelo menos segundo as propagandas, “com o uso do Quinino do limão, e o mais recomendável é o Quinino Ballor”. (**O Estado de S.Paulo**, 1/11/1918, p.9. **A Gazeta**, 22/10/1918, p.3) Como lembraria, anos depois da epidemia, o médico e escritor Pedro Nava: “fórmulas industriais bestas, fizeram verdadeiras fortunas” durante a influenza espanhola. (Nava, 1976, p.203)

O processo de constituição de hegemonia no trato da saúde pela medicina foi longo e vários os seus caminhos desde o século XIX e a questão de como e onde fazer a

⁶ No século XIX e início do XX, a moeda brasileira era o real, plural réis: \$300: trezentos réis; 300\$00: trezentos mil-réis; 300:000\$000: trezentos contos de réis. Nos anos 1910 um prático de farmácia ganhava por mês entre 120\$000 e 150\$000.

⁷ Como exemplo das mudanças de endereço: Mme Ida: **Correio Paulistano**, 27/10/1922, p.9 (alameda Eugênio de Lima) e 5/03/1923, p.4 (rua Bela Cintra). **O Estado de S.Paulo**, 1/12/1923, p.13 (rua Frei Caneca)

propaganda de medicamentos foi um deles.⁸ Foi depois do período da gripe espanhola que algumas pistas mais nítidas de transformação surgiram. Mas, ainda em 1918, o fortificante Composto Ribott, um fortificante, temendo a concorrência ou insinuando mudanças, foi anunciado em jornais e revistas de São Paulo com a frase: “Proteja sua vida e não tome V.S. um remédio secreto, cuja fórmula desconheça”. Era a intenção explícita de separar os vários medicamentos que disputavam a preferência popular — os com fórmula conhecida e aprovada pelas autoridades médicas deveria ser segregado dos outros. Tarefa difícil. (**Correio Paulistano**, 4/04/1918, p.7. **O Estado de S.Paulo**, 7/05/1918, p.8. **Revista Feminina**, jun/1918, p.35)

Entretanto, pouco a pouco, os sinais de uma empreitada que se processava de maneira quase imperceptível ganharam mais visibilidade. Eram ações pontuais, mas que sinalizavam mudanças na linguagem das propagandas de medicamentos oficiais e no local onde deveriam ser anunciados. No início dos anos 1920, um artigo do jornal **A Capital** aplaudia o movimento iniciado no Rio de Janeiro que atacava as “drogas para todos os males, remédios para todas as doenças”. A campanha, que atingira São Paulo e outros estados, estaria fazendo desaparecer dos anúncios de medicamentos aprovados pelo Serviço Sanitário palavras como “cura”, substituída por “indicado” ou “recomendado”. (**A Capital**, 20/04/1921, p.1) Meses depois, no jornal **Diário Popular** o remédio Uterogenol chamava a atenção de suas consumidoras com a frase: “Não é um cura-tudo. Não é uma maravilha” (**Diário Popular**, 2/03/1923, p.5) e o doutor Renato Kehl escrevia:

“(…) a cruzada contra os anúncios de especialidades farmacêuticas estampados nos jornais, revistas e cartazes, preconizando curas maravilhosas, as quais só servem para embair os ingênuos, roubar-lhes o dinheiro e o tempo precioso; o combate (...) a esses “especialistas” e “sábios”, bem assim a tais anúncios falaciosos, tem a maior importância para o público.” (Kehl, 1926, pp.111-112)

Enquanto a revista **Archivos de Biologia**, publicação mensal de medicina, lembrava aos farmacêuticos a importância da propaganda, afirmando:

⁸ Sobre o conceito gramsciano de hegemonia, algo plural e complexo, com experiências, com pressões e limites mutáveis, ver: CHAUI, 1994, pp.21-25.

“Os industriais farmacêuticos entre nós são, em geral, inimigos do anúncio e quando o fazem é de maneira pouco eficiente, socorrendo-se dos veículos leigos e, portanto, visam mais o doente que o clínico.” (**Archivos de Biologia**, set-out 1921, pp.953-954)

Mudança sutil e aviso importante, o objetivo: a separação dos remédios “oficiais” daqueles outros preparados que freqüentavam as páginas dos jornais diários de São Paulo. Diferenciação na maneira de apresentar o medicamento ao público — sem as promessas de cura então feitas. Separação mais incisiva entre produto e consumidor, com a concentração ainda maior da escolha dos remédios nas mãos dos médicos — o apelo em favor das publicações especializadas era emblemático. (Cf.: Bertucci, 2003, pp.214-215) Era, pois, preciso reeducar os homens ligados a ciência médica.

Outro momento desse processo de (re)educativo dos doutores nas primeiras décadas do século XX, aconteceu quando houve a tentativa de ordenar e classificar ervas e raízes medicamentosas comercializadas em São Paulo. Momento significativo, porque além de representar uma empreitada científica para conhecer e controlar um outro universo de cura — o dos ervanários (ou vendedores de ervas), motivou um alerta aos médicos para que procurassem aprender um conhecimento diverso do seu para poder manipulá-lo.

A utilização de ervas e raízes era comum em São Paulo havia séculos. A cidade possuía diversos vendedores desses produtos, muitos deles fornecedores de matéria prima para farmácias da cidade. Instalada durante anos na rua São João nº 140 (centro), a ervanária Paulista era um desses locais. Nas propagandas, o estabelecimento se autodenominava o “mais bem montado do Brasil” e em sua pretenciosa afirmação revelava a prática de muitos moradores ao comentar: “aí se encontram todas as plantas medicinais que careceis em vossas casas para um medicamento de urgência.” (**A Capital**, 29/05/1923, p.4)

Estabelecidos em lojas grandes e bem arrumadas, como as das ruas General Carneiro, Santa Efigênia e Conselheiro Crispiniano, na área central da cidade, em pequenos cômodos do Mercado Velho ou entre os transeuntes do Largo do Arouche (centro), os vendedores de raízes e ervas estavam presentes por toda a São Paulo e para cada enfermidade diziam ter a cura. Foi no final dos anos 1910 que o botânico F.C. Hoehne, do Instituto Butantã, cumprindo determinação do diretor do Serviço Sanitário do Estado, doutor Arthur Neiva, realizou estudo sobre comércio de ervas e raízes na cidade. A empreitada do doutor Hoehne não era fácil: seu grande intento era a

identificação, organização e classificação nos moldes científicos daquilo que considerava uma rica herança deixada por índios e negros. Tarefa para muitos anos e diversos homens, afirmava o botânico.

As ervanárias da cidade de São Paulo vendiam folhas, ervas e raízes, muitas diretamente chegadas do sertão; mel, azevim de Lisboa e sabão da Costa (o melhor para a pele) importado da África. Anunciavam balas de limão bravo e de mel de abelha jataí, para combater a tosse e as dores do peito; banha de capivara, quati e raposa para unguentos; além dos chás: de erva tostão para doenças do fígado e dos rins, das cinco-folhas que curava gonorréia, doenças da bexiga e do útero, de erva grossa contra reumatismo e de catuaba que combatia a impotência, entre tantos outros. Havia o comércio de figas de arruda e guiné, pimenta da Costa (utilizada em adivinhações e na comida dos Orixás), ori (manteiga vegetal do óleo de babaçu usada nos pratos de Oxalá), orações, santos e defumações completas, que denunciavam a presença de elementos das crenças e práticas de cura africanas na cidade. Ofereciam aos seus clientes o guaraná dos índios Maués e o preparado Bororo contra inchações e eczemas, entre outras poderosas mezinhas, revelando aspectos da cultura indígena sobre os males humanos que sobreviviam em São Paulo.(Bertucci, 2004, pp.230-231)

Reconhecendo o saber daqueles que lidavam com os produtos que pretendia estudar, Hoehne declarava a importância das casas que faziam o comércio criterioso e consciente dos vegetais medicamentosos e perguntava quem poderia efetivamente censurar a venda de amuletos, figas, rezas, benzeduras (que chamava de “bugigangas”) feita pelos ervanários em um país onde as crenças, ao contrário do que acreditavam alguns, estavam presentes em todas as classes sociais, até nos grupos que se diziam mais cultos. Segundo o botânico, os brasileiros ainda não haviam chegado a um grau de adiantamento capaz de avaliar a nulidade destas práticas. Para Hoehne, os próprios médicos teriam uma parcela de culpa por esse estado de coisas, ao condenarem, por desconhecimento ou falsas idéias, todas as ervas e raízes que eram vendidas pelas cidades.(Hoehne, 1920, pp.14-15) Assim, era preciso educar o povo, para acabar com as susperstições, mas era necessário também reeducar os médicos, alertando-os sobre a necessidade de conhecer vários produtos que, devidamente testados, poderiam ser utilizados no tratamento de diferentes enfermidades.

Em sua persistência em assinalar a necessidade de se conhecer as ervanárias de São Paulo, Hoehne tentava mostrar respeito por aquele universo de cura desde que expurgado das crenças que o compunham. Afirmava:

“Muito conviria que o Serviço Sanitário dirigisse as suas vistas para este ramo de negócio (...) que se regulamentassem não só a colheita, preparo, acondicionamento e conservação, mas ainda a venda destas ervas e cascas medicamentosas, prevendo ao mesmo tempo a impossibilidade de ser o público enganado ou ludibriado por indivíduos pouco escrupulosos que se entregam por vezes a esta indústria. E se nesse regulamento fosse ainda prevista a necessidade de identificação científica de cada espécie vegetal exposta à venda, fácil seria à Polícia e a Saúde Pública controlar a ação dos ervanários e curandeiros e muito teria o País a lucrar com um serviço desta natureza.” (Hoehne, 1920, pp.24-25)

Era o homem de ciência tentando conhecer e controlar diferentes conhecimentos de cura, procurando enquadrar em moldes científicos aspectos que reputava eficientes de um outro universo de práticas sobre a saúde e a doença – aquele representado pelos vendedores de ervas e raízes. Nessa empreitada os doutores teria papel fundamental: livres de preconceitos, poderiam avaliar e separar as “bugingangas” do que mereceria ser estudo e, quem sabe, usado em práticas científicas de cura.

Conclusão

Assim, através de episódios pontuais com aspectos educacionais, o que se começava a perceber no final dos anos 1910 e início dos 20 era um processo de cisão contundente entre aqueles que se arvoravam em possuidores e legítimos manipuladores do saber de cura e os outros, os leigos: o dicionário popular de medicina de Kehl e Monteiro apontava para a necessidade imprescindível da presença e supervisão de um médico, prescrevendo ou ratificando cuidados com a saúde. Concomitantemente, houve o apelo para a diferenciação do local e a especialização da forma com que os medicamentos, elaborados pelos detedores da ciência da saúde, deveriam ser sempre apresentados e comercializados: sem promessas espetaculares de cura e sempre com o aval e a indicação dos médicos. As propagandas seriam cada vez mais dirigidas aos próprios doutores, em publicações especializadas. Nesse contexto também foram significativas, tanto a ação dos educadores, inculcando hábitos, popularizando práticas científicas de saúde entre alunos — e através deles entre seus pais; quanto as empreitadas médico-governamentais, como a realizada por Hoehne que, pesquisando os ervanários de São Paulo, convidava os médicos a conhecer outros saberes de cura para então enquadrá-los nos moldes da ciência médica, a única realmente eficaz, segundo os doutores.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. de. **República dos invisíveis**: Emílio Ribas, microbiologia e saúde pública em São Paulo (1898-1917). Bragança Paulista, EDUSF. 2003

- BASTOS, M. H. C. "Jardim de Crianças: o pioneirismo do dr. Menezes Viera (1875-1887)". In: Monarcha, C. (org.) **Educação da infância brasileira 1875-1983** Campinas: Editora Autores Associados, 2001
- BENCHIMOL, J. L. **Dos micróbios aos mosquitos**. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil Rio de Janeiro, Ed.Fiocruz; Ed. UFRJ, 1999
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XIX **Espaços & Debates** São Paulo, v. 11, n.º 4, pp. 5-13, 1988
- BENJAMIN, W. **A modernidade e os modernos** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. Vol. 3
- BERTUCCI, L. M. **Influenza, a medicina enferma**. Ciência e práticas de cura na época da gripe espanhola em São Paulo. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. No prelo
- BERTUCCI, L. M. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo 1891-1925 Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 1997
- BERTUCCI, L.M. Remédios, charlatanices ... e curandeirices In: Chalhoub, S. et alli (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil** Campinas: Ed.UNICAMP, 2003, pp.197-227
- BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular** Petrópolis: Vozes, 1972
- CHALHOUB, S. **Cidade febril** São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994
- CHERNOVIZ, P.L.N.. **Diccionario de Medicina Popular** 2ª ed. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1851. 2v.
- CORBIN, A. **Saberes e odores** São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- CZERESNIA, D. **Do Contágio à Transmissão**. Ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1997
- DUARTE, P.. **Memórias** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1975. As raízes profundas v.1
- FERREIRA, L.O. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43) **História, Ciência, Saúde: Manguinhos** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, v. VI, n.º 2, pp.331-351, julho-outubro 1999
- GONDRA, J.G. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem **Cadernos CEDES** Campinas, v.23, n.º 59, pp.25-38, abril 2003
- HOEHNE, F.C. **O que vendem os hervanários da cidade de São Paulo** São Paulo: Casa Duprat, 1920
- KEHL e MONTEIRO **O medico no lar**. Diccionario popular de medicina de urgencia 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922
- KEHL, R. **Bíblia da saúde (higiene)** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926
- LATOUR, B. **Pasteur** Paris: Perrin, 1994
- MARQUES, V. R. B. "Fazendo a ciência e a medicina chegar ao povo: conselhos e manuais domésticos no Setecentos". **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana** San Luís de Potosi (Mexico): SLHE, pp.1-15, maio de 2003. CD-ROM
- MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**. Médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Ed.UNICAMP, 1994
- NAVA, P. **Memórias** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. Chão de Ferro, v.3
- PIMENTA, T. S. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX **Cadernos CEDES** Campinas, v.23, n.º 59, pp.91-102, abril 2003
- PIMENTA, T.S. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: Chalhoub, S. et alli (org.) **Artes e ofícios de curar no Brasil** Campinas: Ed.UNICAMP, 2003, pp.307-330

- RIBEIRO, M.A.R. **História sem fim ... Inventário da saúde pública** São Paulo: Ed.UNESP, 1993
- ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes**. Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925) Campinas: Mercado de Letras, 2003
- ROCHA, H. H. P. **Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20** 1995. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (Dissertação de mestrado)
- ROSEN, G. **Uma história da saúde pública** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC; Ed.UNESP/ABRASCO, 1994
- SALOMON-BAYET, C. S. (org.) **Pasteur et la revolution pasteurienne** Paris: Payot, 1986
- SCHMIDT, A. **A vida de Paulo Eiró** São Paulo: Cia Editora Nacional, 1940

Jornais e revistas da cidade de São Paulo

A Capital
A Gazeta
A Platéia
Correio Paulistano
Diario Popular
Fanfulla
Jornal do Commercio
O Estado de S.Paulo
O Parafuso
Revista Feminina

Relatório impresso

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exm. Snr. Dr. Bento José Lamenha Lins D. D. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública pelo dr. Arthur Pedreira de Cerqueira, diretor geral de Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1906